

## ACORDO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A **UNIÃO**, por intermédio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SGP/MGI, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Brasília/DF, CEP 70.040-906, CNPJ n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado por xxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx; e o

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (descrição da CONTRATADA), inscrita no CNPJ sob o nº , Inscrição Municipal nº , com sede na Rua , neste ato representada por seu/sua (cargo do representante), senhor/senhora , portador do Registro Geral nº , CPF nº , residente e domiciliado em .

RESOLVEM celebrar ACORDO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PESSOAIS, tendo em vista o **CONTRATO, processo sei nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, legislação correlacionada ao programa e suas alterações, mediante cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES RELEVANTES PARA O ACORDO

1.1. Para fins deste acordo, as partes declaram que adotaram a definição de:

- a) **Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD** como órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados em todo o território nacional;
- b) **LGPD** como a Lei nº 13.709/2018, também conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados;
- c) **Agentes de tratamento** como o gênero que abarca as figuras do controlador e do operador;
- d) **Dados pessoais** como qualquer informação sobre pessoa natural identificada ou identificável. Desta forma, dados anonimizados não serão considerados dados pessoais;
- e) **Dados pessoais sensíveis** como qualquer dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- f) **Encarregado de dados pessoais** como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

- g) **Incidente de segurança** como qualquer acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- h) **Titular dos dados pessoais** como a pessoa natural a quem os dados pessoais se referem;
- i) **Tratamento de dados** como toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- j) **Controlador de dados pessoais** como pessoa física ou jurídica a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- k) **Operador de dados pessoais** como pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- l) **Suboperador de dados pessoais** como um operador de dados pessoais contratado pelo operador de dados pessoais para auxiliar no cumprimento das finalidades estabelecidas neste Acordo;

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente Acordo de Processamento de Dados (“acordo”) é estipular regras referentes ao processamento e à proteção dos dados pessoais dos titulares no âmbito do projeto credenciamento de instituições bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vistas à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações, operacionalizado pela **ORGANIZAÇÃO** na condição de operadora de dados pessoais, com base nos critérios estabelecidos pela **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI)**, na condição de controladora de dados pessoais.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

3.1. O tratamento de dados pessoais pelo **MGI**, em nome da **UNIÃO**, dar-se-á para o atendimento de finalidade pública e persecução do interesse público, no exercício de suas competências, com base no artigo 7º, inciso III, c/c o artigo 23, inciso I, da LGPD.

3.2. O projeto trata-se de credenciamento de instituições bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vistas à prestação de serviços de pagamento dos valores

líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações devidas às pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal, bem como a execução de pagamentos decorrentes de descontos salariais, realizados diretamente a terceiros — pessoas físicas, jurídicas ou mediante depósitos judiciais —, conforme o caso, com os pagamentos a serem efetuados em território nacional, por meio de crédito em conta bancária de titularidade da pessoa beneficiária.

3.3. Os dados pessoais que serão acessados pela operadora para a execução do projeto serão coletados conforme o Fluxo de Crédito e de Arquivo, anexos ao Termo de Referência do Edital de Credenciamento e atenderão à finalidade específica da prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações.

Para este caso, não se faz necessária a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais, consentindo assim especificamente com a finalidade indicada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO PROJETO**

4.1. A transferência, a operacionalização e o tratamento de dados pessoais serão realizados da forma a seguir exposta.

4.2. COLETA DE DADOS: (descrever a coleta de dados com detalhes: que dados serão coletados, como se dará essa coleta, em que formato os dados serão recebidos, volume de dados coletados, forma e local de armazenamento, quem terá acesso a esses dados).

4.3. TRANSFÊRENCIA DOS DADOS: (descrever como se dará a transferência de dados, se houver).

4.4. ORIENTAÇÕES DO CONTROLADOR: (descrever orientações do controlador ao operador para o tratamento de dados).

4.5. RESPONSABILIDADES DO OPERADOR: (descrever responsabilidades de operacionalização (ex.: comunicar-se com o titular dos dados) e processamento do operador (ex.: analisar, armazenar, excluir dados) para implementação do projeto).

4.6. RESPONSABILIDADES DO CONTROLADOR: (descrever eventuais responsabilidades do MGI – tais como monitoramento, fornecimento de dados e acessos, etc).

4.7. A operadora, desde que novo acordo de processamento de dados seja celebrado e a base legal e finalidade sejam devidamente esclarecidas, poderá transferir dados a terceiros e subdelegar processamento de dados pessoais;

4.7.1. O operador deverá agir respeitando o presente Acordo, as normas de privacidade e proteção de dados e as instruções dadas pelo Controlador.

4.8. Os controladores e operadores poderão se utilizar de meios de comunicação, inclusive aplicações de comunicação instantânea entre si para o atingimento das finalidades da política pública e para acompanhar a sua execução, respeitando o presente Acordo, e as normas de privacidade e proteção de dados.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

5.1. As partes concordam e garantem que serão individualmente responsáveis pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas pela ANPD.

5.2. As partes concordam que devem cumprir e respeitar de forma ampla e geral às leis e regulamentos relativos à proteção de dados pessoais, incluindo, mas não se limitando, à LGPD; e manterão políticas de governança em privacidade e proteção de dados, com medidas de inibição de utilização indevida, planos de contingenciamento e eventual punição para casos de violações às obrigações legais e aqui estabelecidas.

5.3. Todos os colaboradores das partes que tiverem acesso aos dados pessoais deverão estar comprometidos com a confidencialidade das informações e com o atendimento dos termos deste acordo no tocante ao cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e privacidade.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OPERADORA DE DADOS PESSOAIS**

6.1. A **OPERADORA** adotará termo de adesão para processamento de dados pessoais para estipular as regras para o tratamento de dados pessoais obtidos a partir da relação com os **titulares** em nome do controlador de dados pessoais.

6.2. A **OPERADORA**, na condição concorda em tratar os dados pessoais compartilhados pela **UNIÃO** e/ou pelo **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**, ou pelo **titular dos dados**, para o estrito cumprimento da sua obrigação contratual de operacionalizar o projeto.

6.3. A **OPERADORA** não deve coletar e tratar qualquer dado pessoal ou dado pessoal sensível para a finalidade do objeto contratado sem o prévio conhecimento e instrução por escrito da **UNIÃO**. Referidos dados pessoais só poderão ser objeto dos tratamentos definidos pela **UNIÃO**, e para as específicas finalidades definidas pela **UNIÃO**, nos termos deste acordo e/ou de outras instruções transmitidas à **OPERADORA** pela **UNIÃO**.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTROLADORA

7.1. Caberá a **UNIÃO** a decisão sobre o tratamento de dados pessoais, devendo comunicar à **OPERADORA** das instruções para o tratamento dos dados necessários à execução do projeto (nome do projeto), não eximindo a **OPERADORA** de observar as normas de privacidade e proteção de dados, assim como suas próprias instruções normativas a respeito da matéria.

7.2. A **UNIÃO** deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais na forma do artigo 41 da LGPD, divulgando publicamente a identidade e informações de contato no seu sítio eletrônico.

7.3. A **UNIÃO**, com apoio da **OPERADORA**, deverá atender às solicitações para o exercício de direitos de titular de dados conforme a LGPD, podendo ser delegado à **OPERADORA** o atendimento às solicitações apresentadas.

7.4. A **UNIÃO** deverá elaborar, com o auxílio da **OPERADORA**, Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais sempre que requerido pela ANPD, o qual deve conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados.

7.5. A **UNIÃO** deverá comunicar a ANPD em caso de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais.

## CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS

8.1. A responsabilidade pelos dados pessoais tratados no âmbito do projeto (nome do projeto) é

solidária, competindo à **UNIÃO** as decisões acerca do tratamento a ser realizado e à **OPERADORA** por sua execução, devendo ambas implementarem as medidas necessárias para segurança no tratamento de dados.

8.2. A **OPERADORA** responderá pelos danos decorrentes da violação de segurança de dados, caso deixe de adotar as medidas de segurança descritas no presente acordo.

8.3. A **OPERADORA**, caso utilize os dados para finalidades diversas das indicadas neste acordo ou das instruções transmitidas pela **UNIÃO**, responderá perante o titular dos dados e será inteiramente responsável por eventuais danos causados aos titulares de dados pessoais, não agindo nestas hipóteses como legítimo representante ou operador da **UNIÃO** ante a ausência de poderes para tanto, e sendo o único controlador dos dados pessoais porventura coletados ou tratados sem respaldo nas instruções lícitas da **UNIÃO** (sujeitando-se, em casos tais, às responsabilidades e consequências jurídicas cabíveis na forma do artigo 42, § 1º, inciso I, da LGPD).

8.4. Caso a **OPERADORA** continue a armazenar e de alguma forma tratar os dados pessoais após o término da relação entre as partes e da entrega da cópia dos dados à **UNIÃO**, será a única responsável por eventual incidente de segurança da informação verificado em face de tais dados, bem como se sujeitará às responsabilidades e consequências jurídicas cabíveis.

## **CLÁUSULA NONA – DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS**

9.1. Durante o tratamento dos dados pessoais a **OPERADORA** utilizará todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas à sua disposição e consideradas apropriadas para proteger os acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais dos titulares.

9.2. A **OPERADORA** eliminará, corrigirá, anonimizará e/ou bloqueará o acesso aos dados pessoais que tiverem sido tratados em decorrência deste contrato ao término da relação entre as partes, ou quando a **UNIÃO** assim solicitar (p. ex., em decorrência de eventual solicitação do titular). O disposto acima deixará de prevalecer mediante instrução diversa da **UNIÃO** ou em virtude da existência de uma base legal que permita a manutenção desses dados pessoais.

9.3. A **OPERADORA** manterá os registros de todas as atividades de tratamento dos dados pessoais realizados em nome da **UNIÃO**, incluindo os registros de exclusão dos dados pessoais tratados, e as razões de tais exclusões.

9.4 A **OPERADORA** deverá garantir a segurança das informações dos titulares de dados mesmo após o término do tratamento de dados pessoais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – COMPROVAÇÃO DE CONFORMIDADES**

10.1. A **OPERADORA** se compromete a fornecer à **UNIÃO** todas as informações necessárias para demonstrar a conformidade com este acordo.

10.2. A **OPERADORA** permitirá que a **UNIÃO** realize auditorias acerca do tratamento de dados realizado e declara que fornecerá todas as informações necessárias para comprovar a conformidade do seu tratamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA OCORRÊNCIA DE INCIDENTES DE SEGURANÇA**

11.1. Em caso de incidente de incidente de segurança, como por exemplo de acesso indevido, não autorizado, de vazamento ou perda de dados, decorrente de tratamento que seja de responsabilidade da **OPERADORA**, independentemente do motivo que o tenha ocasionado, deverá a **OPERADORA** comunicar à **UNIÃO**, por escrito, certificando-se do recebimento, imediatamente a partir da ciência do incidente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: i) data e hora do incidente; ii) data e hora da ciência pela **OPERADORA**; iii) relação dos tipos de Dados Pessoais afetados pelo incidente; iv) número de Titulares afetados;

v) relação de Titulares afetados pelo vazamento; vi) dados de contato do **ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS** ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; vii) descrição das possíveis consequências e riscos do incidente; e viii) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar.

11.2. Caso a **OPERADORA** não disponha de todas as informações necessárias no momento de envio da comunicação, deverá enviá-las de forma gradual, de modo a garantir a maior celeridade possível, sendo certo que a comunicação com o máximo das informações indicadas deve ser enviada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência do incidente.

11.3. A **OPERADORA** responsabiliza-se integralmente por toda e qualquer informação fornecida à **UNIÃO** em razão do incidente, respondendo, administrativa e judicialmente (nos âmbitos civil e criminal e quaisquer outras esferas de responsabilização) pela inobservância de normas legais, bem como pela inverdade das informações prestadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS TIPOS E CATEGORIAS DOS DADOS PESSOAIS UTILIZADOS**

12.1. As seguintes categorias de dados pessoais serão coletadas e processadas para a operacionalização do projeto:

Dados de identificação pessoal: nome, cpf.

Dados cadastrais: vínculo funcional.

Dados financeiros: valores líquidos a receber, dados bancários.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS**

13.1. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e de privacidade.

13.2. Caso a **UNIÃO** receba uma solicitação para o exercício de direitos de um titular de dados conforme a **LGPD**, encaminhará a solicitação à **OPERADORA**, que instruirá a **UNIÃO** com as informações necessárias e a auxiliará no cumprimento das obrigações quando tais direitos forem exercidos em face dos dados pessoais tratados pela **OPERADORA** nos termos deste acordo.

13.3. A **OPERADORA** compromete-se a atender às referidas demandas e solicitações em até 5 (cinco) dias úteis, de forma a viabilizar o atendimento tempestivo das solicitações dos titulares com base nos direitos previstos no artigo 18 da **LGPD**, tais como:

i) Confirmação da existência de Tratamento; ii) Acesso aos Dados Pessoais; iii) Correção de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; iv) Anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados Pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei; v) Portabilidade dos Dados Pessoais; vi) Eliminação dos Dados Pessoais tratados com o consentimento, ressalvada a hipótese do artigo 16 da LGPD; vii) Informação sobre entidades públicas e privadas com as quais foi realizado uso compartilhado de Dados Pessoais; viii) Informação sobre a possibilidade de não fornecimento do consentimento e sobre as consequências da negativa; e ix) Revogação do consentimento, nos termos do artigo 8º, § 5º da LGPD.

13.4. A **OPERADORA** reconhece que, em caso de conflito entre o titular de dados e a **OPERADORA**, a **UNIÃO** deve atender a legislação aplicável, podendo prevalecer a solicitação do titular de dados com relação à eventual objeção da **OPERADORA**. A **UNIÃO**, no entanto, não tomará esta medida sem a devida consideração legal junto à **OPERADORA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CATEGORIAS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS**

14.1. As seguintes categorias de titulares de dados são afetadas pelo processamento de dados pessoais deste acordo:

- a) **TITULAR 1:** pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal.
- b) **TITULAR 2:** Terceiros beneficiários - pessoas físicas ou jurídicas - de pagamentos decorrentes de descontos salariais.
- c) **Demais titulares de dados:** (descrever demais categorias de titulares de dados). Preencher com quantas categorias forem necessárias (ex: alunos da rede pública, pais e responsáveis, diretoria, secretarias de educação, etc).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

15.1. Os agentes de tratamento de dados ficam sujeitos às sanções administrativas dispostas na LGPD em caso de infrações cometidas em decorrência do disposto no presente acordo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO DO TRATAMENTO DOS DADOS**

16.1. O prazo de vigência do acordo entre a **OPERADORA** e o **UNIÃO**, com a interveniência do **MGI**, será de (inserir prazo de vigência), podendo ser prorrogado pelo período de (inserir período de prorrogação) por meio de termo aditivo / não podendo ser prorrogado sob qualquer hipótese.



16.2. O tratamento de dados pessoais será realizado enquanto durar o contrato principal de gestão da **OPERADORA** com o **MGI**, podendo ser prorrogado pelo período de duração do projeto.

16.3. Após o término do contrato principal, a **UNIÃO** poderá requerer cópia dos dados pessoais nos sistemas e em posse da **OPERADORA**, pelo prazo de 90 (noventa) dias após o término do contrato.

16.4. Após o período, caso a **UNIÃO** não se manifeste, a **OPERADORA** deve realizar a eliminação dos dados pessoais em definitivo dos seus sistemas, de qualquer registro de dados pessoais, exceto aqueles que são exigidos pela legislação que sejam mantidos, notificando a **UNIÃO** da eliminação antes de sua efetivação.

16.5. Na medida permitida pela legislação aplicável, nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a **OPERADORA** irá lidar com a exclusão dos dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

16.6. Caso a **UNIÃO** requeira a cópia dos dados pessoais ao término da relação entre as partes, deverá assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu nos termos do contrato e que a **OPERADORA** não possui mais qualquer obrigação adicional em relação a isso.

16.7. A não assinatura do referido termo e ausência de manifestação, por parte da **UNIÃO**, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do fim da devolução representará a aceitação tácita da **UNIÃO**, a partir da qual a **OPERADORA** poderá realizar a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro ou cópia dos dados pessoais, exceto na medida em que o seu armazenamento seja exigido pela legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Os partícipes deverão publicar extrato do Acordo de Processamento de Dados na imprensa oficial.

17.2. Este acordo ficará disponível na página do **MGI** na internet como forma de dar publicidade ao estipulado entre os agentes de tratamento no âmbito do projeto (nome do projeto).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. O foro para solucionar litígios que decorram da execução deste acordo será o da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal.



